1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE FOLHA Nº 1 INTEGRANTE DO DOCUMENTO REGISTRADO NESTA SERVENTIA.

CERTIDÃO

O Bacharel PÉRSIO BRINCKMANN FILHO, Registrador do 1º Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, na sede do município de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, CERTIFICO que no livro A-90 de protocolo 1733050 e Livro A-222 de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, às folhas 228 V, sob nº de registro 104470, em data de 10 de agosto de 2018, encontra-se registrado o(a) ALTERAÇÃO DE ESTATUTO, conferindo com o documento original cujo teor é o seguinte:

1º RTDPJ de Porto Alegre 100 anos 1917 - 2017

ESTATUTO SOCIAL DA AABB PORTO ALEGRE-RS

Capítulo I
DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL – Porto Alegre (RS), associação assistencial, desportiva, social, educacional, cultural e recreativa, sem fins econômicos e sem fins lucrativos, de duração indeterminada, fundada em 08 de maio de 1943, com sede e foro em Porto Alegre (RS), na Avenida Coronel Marcos nº 1000, CEP 91.760-000 Bairro Ipanema, com CNPJ 92.839.000/0001-06, neste Estatuto designada simplesmente ASSOCIAÇÃO, com patrimônio e personalidade distintos dos de seus associados, sendo assim constituída de:

I - funcionários do Banco do Brasil;
II - aposentados e pensionistas que recebam benefícios de entidade de previdência complementar patrocinada pelo Banco do Brasil;
III - pessoas da comunidade;
IV - dependentes econômicos dos associados.

Parágrafo único - A ASSOCIAÇÃO reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO tem por finalidade:

I - promover o bem-estar dos associados e de seus familiares;
II - cooperar, no que couber, com o Banco do Brasil no cumprimento de sua missão;
III - contribuir para o desenvolvimento da comunidade;
IV - promover a prática de atividade física e desportiva de todas as modalidades formais e não formais;
V - promover o desenvolvimento de atividades de caráter social, recreativo, cultural, cívico, educacional e filantrópico;
VI - promover a formação de atletas e para-atletas de modalidades olímpicas e de criação nacional;
VII - a administração e figuração como estipulante de apólices de seguros coletivos.

Art. 3º - A ASSOCIAÇÃO, por seus Dirigentes e Conselheiros, deverá observar as seguintes diretrizes de gestão:

I - a ASSOCIAÇÃO pode pleitear incentivos fiscais para o desenvolvimento e formação de atletas e para-atletas no âmbito federal, estadual e municipal;
II - na administração da ASSOCIAÇÃO, serão observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência;
III - a adoção de práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação no processo decisório;
IV - dar publicidade, no encerramento fiscal, ao relatório de atividades e às demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos à disposição para exame de qualquer associado;
V - a aplicação integral de seus recursos e resultados financeiros na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;
VI - manutenção de escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão com observância das normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
VII - conservação em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão dos documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

continua na próxima página

VIII - apresentação anual da Declaração de Rendimentos e Informações da Pessoa Jurídica, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

IX - a transparência na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e quaisquer outros aspectos de gestão;

X - a autonomia do seu Conselho Fiscal conforme regimento próprio;

XI - a fiscalização interna de setores administrativos, financeiros e operacionais;

XII - a alternância no exercício dos cargos de direção;

XIII - a aprovação das prestações de contas anuais, precedida por parecer do Conselho Fiscal.

Capítulo II

DOS ASSOCIADOS E SEUS FAMILIARES

Art. 4º - A ASSOCIAÇÃO manterá as seguintes categorias de associados e outras aprovadas em Assembleia Geral:

I - **EFETIVOS** - funcionários do Banco do Brasil, aposentados e pensionistas que recebam benefícios de entidade de previdência complementar patrocinada pelo Banco do Brasil;

II - **PARENTES**

a) parentes, até 3º (terceiro) grau, dos associados EFETIVOS e de seus cônjuges ou companheiros assim reconhecidos;

b) descendentes de 1º (primeiro) grau dos associados CORRESPONDENTES existentes até a data de aprovação deste Estatuto;

III - **COMUNITÁRIOS** - pessoas da comunidade;

IV - **BENEMÉRITOS** – pessoas que tiverem prestado serviço de excepcional relevância à ASSOCIAÇÃO, indicados pelo Conselho de Administração ao Conselho Deliberativo para homologação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

V - **SEGURADOS** - Aqueles que, em todas as praças, aderirem aos planos de seguros estipulados pela ASSOCIAÇÃO, tendo como deveres apenas os prêmios de seguros relativos aos planos que escolherem e, como direitos, somente os restritos aos benefícios do seguro a serem pagos pelas sociedades seguradoras.

§ 1º - Os associados BENEMÉRITOS guardarão os mesmos direitos da categoria da qual são egressos.

§ 2º - Fica vedada a instituição de categorias associativas ou venda de títulos de quaisquer denominações ou modalidades que deem ou possam representar conotação de direito patrimonial.

§ 3º - Admitir-se-á, em todas as categorias, a modalidade de associado individual.

§ 4º - Os requisitos básicos para a admissão, demissão e exclusão de associados são:

I - Admissão:

a) Disponibilidade de vaga no quadro associativo, de acordo com a capacidade da ASSOCIAÇÃO;

b) Apresentação de documentos pessoais do proponente e de seus dependentes, se for o caso, os quais serão indicados pela ASSOCIAÇÃO, juntamente com o preenchimento de formulário específico;

c) Pagamento de taxa de adesão, o que não configurará qualquer conotação patrimonial do novo associado com a ASSOCIAÇÃO;

d) Os associados estarão em gozo dos direitos que lhes confere o presente Estatuto a partir da aprovação de suas propostas.

II - Demissão (desligamento/desfiliação por iniciativa do associado):

a) Apresentar requerimento por escrito à ASSOCIAÇÃO;

b) Devolver a identificação social do titular e dependentes;

c) Quitar os débitos porventura pendentes de pagamento.

OAB RS 23199

continua na próxima página

continuação na página anterior, Registro nº 104470

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 2 INTEGRANTE DO DOCUMENTO REGISTRADO NESTA SERVENTIA.

III - Exclusão:

a) Apuração de falta em processo administrativo específico, em caráter confidencial;

b) Oportunidade de defesa e de recurso concedida ao associado/dependente.

§ 5º - Demais requisitos e/ou condições para a admissão, demissão (desligamento/ desfiliação) ou exclusão de associado, poderão constar consignadas no Regimento Interno da ASSOCIAÇÃO.

Art. 5º - São deveres dos associados, com exceção da categoria SEGURADOS:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, os regimentos, regulamentos, códigos e resoluções dos órgãos de gestão e fiscalização da ASSOCIAÇÃO;

II - satisfazer os compromissos assumidos com a ASSOCIAÇÃO;

III - zelar pelo bom nome da ASSOCIAÇÃO, evitando ações ou situações que deponham contra o seu conceito, dos associados, da Diretoria e de seus empregados;

IV - pagar as contribuições aprovadas pelos órgãos competentes da ASSOCIAÇÃO, conforme suas atribuições;

V - indenizar a ASSOCIAÇÃO de qualquer prejuízo material causado por si ou por qualquer de seus dependentes e/ou convidados;

VI - contribuir com todos os meios possíveis para que a ASSOCIAÇÃO alcance seus objetivos;

VII - evitar ações ou situações que coloquem em risco a integridade física ou moral de qualquer pessoa nas dependências da ASSOCIAÇÃO.

Art. 6º - São direitos dos associados, com exceção da categoria SEGURADOS:

I - frequentar as dependências e participar das atividades organizadas ou patrocinadas pela ASSOCIAÇÃO, observados os regulamentos específicos;

II - participar das assembleias gerais;

III - votar e ser votado, obedecido o constante no artigo 7º deste Estatuto, ficando vedada a representação;

IV - solicitar através do manifesto conjunto de no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados no gozo dos seus direitos a convocação do Conselho Deliberativo ou da Assembleia Geral;

V - manifestar-se por escrito, junto ao Conselho Deliberativo, contra atos ou ações que, praticados pelo Conselho de Administração, por associados, dependentes ou empregados, sejam reputados contrários aos direitos dos associados, aos princípios de dignidade ou aos fins da ASSOCIAÇÃO;

VI - assistir às reuniões dos Conselhos da ASSOCIAÇÃO, observados os respectivos Regimentos;

VII - recorrer ao Conselho Deliberativo de penalidade que lhe tenha sido aplicada.

Art. 7º - Constituem direitos exclusivos dos associados da categoria EFETIVOS exercer os cargos de Presidente dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e de Administração e de Vice-Presidentes Administrativo e Financeiro do Conselho de Administração.

Capítulo III

DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

OABRS 23/99

Art. 8º - São os seguintes os órgãos da ASSOCIAÇÃO:

I - Assembleia Geral;

II - Conselho Deliberativo;

III - Conselho de Administração;

IV - Conselho Fiscal.

§ 1º - Os associados integrantes dos órgãos da ASSOCIAÇÃO, por expressa determinação legal, não terão direito a qualquer remuneração pelo exercício de cargos, exceto os

continua na próxima página

membros do Conselho de Administração, na qualidade de dirigente eleito para atuar efetivamente na titularidade da gestão executiva, mediante aprovação do Conselho Deliberativo.

§ 2º - Os membros do Conselho de Administração que recebam qualquer remuneração ou adicional advindos de situações de cessão integral ou liberação parcial pelo Banco do Brasil não farão jus à remuneração a que se refere o parágrafo 1º.

§ 3º - Não é permitido aos membros titulares e suplentes acumularem funções em mais de um Conselho.

§ 4º - Todos os órgãos deverão registrar suas atividades nas reuniões ordinárias e extraordinárias em documentos próprios ou atas.

§ 5º - Os membros dos Conselhos da ASSOCIAÇÃO não poderão participar de processos, deliberações, decisões ou fiscalização sobre assuntos em que sejam parte ou que pretendam atuar ou tenham atuado como prestadores de serviços.

Da Assembleia Geral

Art. 9º - A Assembleia Geral é constituída por todos os associados que se encontram em dia com os pagamentos das contribuições devidas e não estejam cumprindo penalidades previstas no Capítulo VI, podendo ser Ordinária ou Extraordinária.

Art. 10 - A convocação da Assembleia Geral será feita pelo Conselho Deliberativo, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em edital a ser afixado em local de fácil acesso, com ampla divulgação entre os associados cabendo-lhe, dentre outros assuntos, deliberar sobre:

I - destituição de administradores;

II - alteração do Estatuto.

§ 1º - Nas Assembleias Gerais não poderão ser tratados assuntos que não estejam previstos no edital de convocação, sob pena de nulidade das deliberações que a respeito forem tomadas.

§ 2º - Quando houver vacância de todos os cargos do Conselho Deliberativo, fica facultado ao Conselho de Administração convocá-la.

Art. 11 - Para instalação da Assembleia Geral, far-se-ão duas convocações, uma para reunião em primeira chamada, na hora marcada, com a presença da maioria absoluta dos associados e, não havendo o quórum fixado, em segunda chamada, trinta minutos após o horário da primeira, com número mínimo de 100 (cem) associados. Em ambos os casos, a deliberação deverá ocorrer por maioria simples dos votos dos participantes, não se computando os nulos e os em branco.

§ 1º - Nos casos de alienação de imóvel da ASSOCIAÇÃO (artigo 52), aquisição na forma tratada no artigo 15 ou artigo 53, extinção da ASSOCIAÇÃO (artigo 51), criação de unidade externa (artigo 15), destituição de membro de qualquer um dos Conselhos e Alteração de Estatuto, será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia, não podendo ela deliberar:

a) sem a maioria absoluta dos associados em primeira chamada; ou

b) na segunda chamada com menos de 100 (cem) associados.

§ 2º - Se após 15 (quinze) dias do prazo para a convocação da Assembleia Geral Ordinária ou do pedido para a Extraordinária não forem adotadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo as providências cabíveis, qualquer de seus membros poderá convocá-las.

§ 3º - O Presidente do Conselho Fiscal poderá convocar a Assembleia Geral após deliberação de maioria simples de seus integrantes, sempre que surgirem motivos graves ou urgentes e o Conselho Deliberativo não atender à sua solicitação de convocação no prazo de 15 (quinze) dias.

continua na próxima página

continuação na página anterior, Registro nº 104470

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE FOLHA Nº 3 INTEGRANTE DO DOCUMENTO REGISTRADO NESTA SERVENTIA.

§ 4º - O Presidente do Conselho de Administração poderá convocar a Assembleia Geral quando o Conselho Deliberativo não atender, no prazo de 15 (quinze) dias, a seu pedido fundamentado de convocação.

§ 5º - Cada associado terá direito a apenas 1 (um) voto, vedado o voto por procuração.

Art. 12 - A direção dos trabalhos das Assembleias Gerais caberá ao Presidente do Conselho Deliberativo, secretariado pelo Vice-Presidente Administrativo do Conselho de Administração, ou seus respectivos substitutos, devendo a Assembleia, se ausente qualquer destes, escolher o Presidente e/ou o Secretário.

Art. 13 - Serão Ordinárias as Assembleias Gerais reunidas:

I - quadrienalmente, no decurso da segunda quinzena de novembro, para eleger, para mandato de quatro anos, os membros efetivos e suplentes dos Conselhos de Administração, Deliberativo e Fiscal;

II - anualmente, na primeira quinzena de maio, para analisar a prestação de contas referente ao ano anterior;

III - anualmente, para apreciar e aprovar, até 15 de novembro, o Planejamento e o orçamento para o exercício seguinte.

Art. 14 - Serão extraordinárias as Assembleias Gerais convocadas para quaisquer outros fins.

Do Conselho Deliberativo

Art. 15 - O Conselho Deliberativo é o órgão colegiado encarregado da preservação dos princípios institucionais, com poderes para deliberar, cabendo-lhe principalmente:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

II - aprovar o Regimento Interno da ASSOCIAÇÃO e de todos os Conselhos, Regulamento de Eleições e o Código de Ética;

III - manter e cumprir o Regimento Interno, em que se especifiquem as atribuições, prerrogativas e responsabilidades de seus membros;

IV - eleger e empossar, por ocasião da primeira reunião ordinária, o seu Presidente e Secretários;

V - apreciar e decidir, no máximo em 30 (trinta) dias, sobre os recursos interpostos contra os atos do Conselho de Administração, dando conhecimento da resolução ao interessado;

VI - apreciar e decidir sobre proposta de aumento de mensalidades e taxa de adesão encaminhadas pelo Conselho de Administração;

VII - apreciar e decidir sobre proposta da remuneração de dirigentes prevista no § 1º do artigo 8º deste Estatuto;

VIII - apreciar e aprovar, até 30 (trinta) de outubro, o Planejamento e o orçamento para o exercício seguinte;

IX - apreciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, os pareceres do Conselho Fiscal a serem encaminhados à Assembleia Geral;

X - conceder e cassar títulos honoríficos;

XI - convocar Assembleia Geral;

XII - apreciar e decidir sobre a realização de despesas extraorçamentárias;

XIII - apreciar e submeter à Assembleia Geral proposta de cobrança de eventuais contribuições extraordinárias apresentadas pelo Conselho de Administração;

XIV - propor à Assembleia Geral a reforma deste Estatuto, mediante consulta prévia ao Banco do Brasil e à FENABB;

XV - autorizar a alienação de bens móveis da ASSOCIAÇÃO de valor superior a 50 vezes o valor do salário mínimo nacional;

continua na próxima página

XVI - acompanhar e avaliar a gestão do Conselho de Administração, recomendando a adoção das providências cabíveis. Em caso de necessidade de destituição de administradores, encaminhar o assunto à decisão da Assembleia Geral;

XVII - decidir pelo afastamento de membro do Conselho Deliberativo ou de Administração, em caso de indícios de irregularidade;

XVIII - apreciar e decidir sobre recurso porventura interposto por associado, em caso de penalidade aplicada pelo Conselho de Administração.

XIX - apreciar e decidir sobre proposta de criação de unidade externa, apresentada pelo Conselho de Administração, a ser encaminhada à Assembleia Geral;

XX - apreciar e decidir sobre a aquisição de imóveis, a ser encaminhada à Assembleia Geral.

Art. 16 - Os membros do Conselho Deliberativo serão eleitos em Assembleia Geral para mandato de 4 (quatro) anos, em número de 3 (três) titulares e 1 (um) suplente para cada grupo de 500 (quinhentos) associados, ou fração de quinhentos avos, limitado ao máximo de 18 (dezoito) membros titulares e 6 (seis) suplentes.

§ 1º - A posse dos membros do Conselho Deliberativo dar-se-á no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao da eleição, ocasião em que será eleito seu Presidente e findará em 31 de dezembro do último ano do mandato;

§ 2º - No caso de ter sido alterada a data de início do mandato de um ou mais membros do Conselho Deliberativo, a data de término do mandato será a mesma prevista no § 1º deste artigo;

§ 3º - Em caso de vacância do cargo ou de afastamento de Conselheiro, por prazo superior a 90 (noventa) dias corridos, a vaga para complementação do mandato será suprida por suplente, que será convocado segundo a ordem de antiguidade no quadro social;

§ 4º - Perderá o mandato o Conselheiro que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) alternadas, não justificadas, durante o período de exercício da função. As ausências, justificadas ou não, deverão ser registradas em Ata e acompanhadas pelo Conselho Deliberativo para adoção das providências cabíveis.

§ 5º - Quando o Conselho se reduzir à 1/3 (um terço) do total de seus membros, convocar-se-á Assembleia Geral Extraordinária para preencher as vagas de titulares e suplentes, vedada a concorrência dos ex-membros cujas exclusões motivaram a redução aludida.

Art. 17 - As reuniões do Conselho Deliberativo serão:

I - ordinárias, com periodicidade máxima trimestral;

II - extraordinárias, sempre que se fizer necessário, nos termos deste Estatuto.

§ 1º - As reuniões serão convocadas por escrito por seu Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis;

§ 2º - Se, após 15 (quinze) dias do prazo para convocação do Conselho Deliberativo ou de requerimento fundamentado de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou de 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos, não forem adotadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo as providências cabíveis, qualquer um dos seus membros titulares poderá convocá-la;

§ 3º - As reuniões serão realizadas em primeira chamada com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros.

§ 4º - As decisões do Conselho Deliberativo serão tomadas por maioria simples e, em caso de empate, será dada por aprovada a decisão que contar com o voto do Presidente.

§ 5º - As decisões do Conselho Deliberativo serão aplicadas pelo seu Presidente, ressalvado o contido no §2º deste artigo.

OAB.RS 23.779

continua na próxima página

continuação na página anterior, Registro nº 104470

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 4 INTEGRANTE DO DOCUMENTO REGISTRADO NESTA SERVENTIA.

Conselho de Administração

Art. 18 - O Conselho de Administração é o órgão executivo da ASSOCIAÇÃO, cabendo-lhe principalmente:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as decisões da Assembleia Geral, do Conselho Deliberativo e das entidades a que eventualmente for filiada a ASSOCIAÇÃO, os regimentos internos, regulamentos, códigos e compromissos assumidos;

II - elaborar e submeter ao Conselho Deliberativo proposta de Regulamento de Eleições, Código de Ética e Regimento Interno, no qual esteja disciplinado o normal funcionamento da ASSOCIAÇÃO e especificadas as atribuições, prerrogativas e responsabilidades de seus membros;

III - submeter ao Conselho Deliberativo:

a) a prestação de contas de sua gestão e respectiva documentação, com o parecer do Conselho Fiscal, que deverá ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;

b) a realização de despesas extraorçamentárias;

c) proposta de alteração de mensalidade e de taxa de adesão, bem como a cobrança de contribuições extraordinárias;

IV - elaborar e submeter ao Conselho Deliberativo proposta de remuneração dos dirigentes, fundamentada sob o aspecto legal, financeiro e orçamentário.

V - elaborar o Planejamento e o orçamento anual da ASSOCIAÇÃO para o ano seguinte e submetê-lo, até a primeira quinzena de outubro, à apreciação do Conselho Deliberativo;

VI - submeter ao Conselho Fiscal os balancetes mensais e relatórios financeiros até o último dia útil do mês subsequente;

VII - submeter ao Conselho Fiscal os Demonstrativos Contábeis e o Balanço anual da ASSOCIAÇÃO até o último dia útil do mês de março;

VIII - divulgar as atividades da ASSOCIAÇÃO, os atos e as resoluções de seus poderes;

IX - solicitar ao Conselho Deliberativo a convocação de Assembleia Geral Extraordinária;

X - solicitar reuniões dos membros do Conselho Deliberativo;

XI - fixar o número de empregados da ASSOCIAÇÃO e seus salários;

XII - autorizar a alienação de bens móveis da ASSOCIAÇÃO considerados prescindíveis, com valor de até 50 (cinquenta) vezes o salário mínimo nacional;

XIII - encaminhar ao Banco do Brasil, através da agência a que esteja vinculada a ASSOCIAÇÃO:

a) mensalmente, os balancetes com o parecer do Conselho Fiscal;

b) anualmente, até a segunda quinzena de maio, os balanços com o parecer do Conselho Fiscal;

XIV - propor ao Conselho Deliberativo a concessão e a cassação de títulos honoríficos;

XV - autorizar a contratação de serviços de qualquer natureza, observadas as disposições regulamentares aplicáveis, podendo tal competência ser delegada, no todo ou em parte, a um membro do Conselho de Administração, mediante a formalização de "Ato de Delegação";

XVI - instaurar, tão logo constatada a falta ou ato praticado por associado passível de Advertência por escrito, Suspensão, exclusão e Eliminação do quadro social da ASSOCIAÇÃO, imediata abertura de procedimento administrativo para a apuração dos fatos, apresentação de defesa e tomada de decisão, bem como submeter à apreciação do Conselho Deliberativo o recurso administrativo porventura interposto pelo associado envolvido;

XVII - conceder admissão, demissão, readmissão e licença aos associados e seus dependentes;

OAB.RS-23199

continua na próxima página

XVIII - propor ao Conselho Deliberativo a reforma deste Estatuto, a ser encaminhado para aprovação em Assembleia Geral Extraordinária;

XIX - convocar Assembleia Geral, no caso de vacância de todos os membros do Conselho Deliberativo;

XX - propor ao Conselho Deliberativo a criação de unidades externas ou a aquisição de imóveis.

§ 1º - Todos os membros do Conselho de Administração são solidários pelos atos aprovados, com exceção daqueles que, vencidos na votação, registrarem justificadamente seu voto contrário à decisão aprovada.

§ 2º - Os membros do Conselho de Administração não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas em nome da ASSOCIAÇÃO, na prática de atos de regular gestão, mas respondem pelos prejuízos que causarem por infração da Lei e deste Estatuto.

§ 3º - É vedado ao Conselho de Administração firmar contrato, inclusive financeiro, em que o seu vencimento ultrapasse o dia 31 de dezembro do ano do término do seu mandato, sem a prévia anuência do Conselho Deliberativo.

Art. 19 - O Conselho de Administração compor-se-á dos seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente Administrativo, Vice-Presidente Financeiro, Vice-Presidente Social, Vice-Presidente Cultural, Vice-Presidente de Esportes, Vice-Presidente de Aposentados e mais 4 (quatro) suplentes de Vice-Presidente, sendo no mínimo 2 (dois) da categoria EFETIVO.

§ 1º - Os membros do Conselho de Administração, inclusive os suplentes de Vice-Presidente, serão eleitos para mandato de 04 (quatro) anos, sendo que, no que concerne ao seu Presidente, será permitida 1 (uma) única recondução consecutiva, por meio de eleição;

§ 2º - Em caso de vacância do cargo do Presidente ou na ausência eventual deste, não superior a 90 (noventa) dias, assumirá o Vice-Presidente Administrativo e, na falta deste, o Vice-Presidente Financeiro. Na vacância de ambos, será realizada nova eleição para preenchimento dos cargos vagos, para o complemento do mandato. O afastamento do Presidente, superior a 90 (noventa) dias consecutivos, implicará na vacância do cargo.

§ 3º - Em caso de vacância do cargo ou de afastamento de Vice-Presidente por prazo superior a 90 (noventa) dias corridos, a vaga para complementação do mandato será suprida por suplente;

§ 4º - Caso a vacância se dê nos cargos de Vice-Presidente Administrativo e Financeiro, a vaga para complementação do mandato será suprida por suplente da categoria de associados EFETIVOS, que será convocado a critério do Conselho de Administração. Para os demais Vice-Presidentes a convocação dar-se-á seguindo o mesmo critério;

§ 5º - Quando o Conselho se reduzir à metade (50%) do total de seus membros será convocada nova Assembleia Geral Extraordinária para eleição de novos membros para composição total do Conselho;

§ 6º - Qualquer membro do Conselho que concorrer a mandato público eletivo deverá afastar-se de suas funções na ASSOCIAÇÃO no período compreendido entre o dia de registro da candidatura e o da divulgação oficial do resultado, sendo-lhe assegurado reassumir o cargo no caso de insucesso no pleito ou, ainda, no caso de sucesso, desde que não haja incompatibilidade para o exercício do cargo;

§ 7º - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples; em caso de empate, será dada por aprovada a decisão que contar com o voto do Presidente, observado o quórum mínimo de quatro membros;

§ 8º - A posse dos membros do Conselho de Administração dar-se-á no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao da eleição e findará em 31 de dezembro do último ano do mandato;

OAB RS 23199

continua na próxima página

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 5 INTEGRANTE DO DOCUMENTO REGISTRADO NESTA SERVENTIA.

§ 9º - Em caso excepcional, quando por motivo de força maior não tiverem sido eleitos os membros sucessores, ou os eleitos tiverem sofrido impedimento, serão nomeados interventores, conforme artigo 54 § 2º deste estatuto;

§ 10 - No caso de ter sido alterada a data de início do mandato de um ou mais membros do Conselho de Administração, a data de término do mandato será a mesma prevista no § 8º deste artigo.

Art. 20 - Ao Presidente compete:

I - administrar a ASSOCIAÇÃO com obediência ao presente Estatuto, aos regulamentos e às demais deliberações dos Conselhos e da Assembleia Geral e obedecer à Legislação vigente;

II - representar a ASSOCIAÇÃO ativa, passiva, judicial ou extrajudicialmente, podendo constituir procuradores com mandato específico, observados os limites de suas atribuições;

III - admitir, licenciar, advertir, suspender e demitir empregados da ASSOCIAÇÃO;

IV - realizar as despesas orçamentárias de qualquer valor e propor ao Conselho de Administração as de natureza extraordinária inadiáveis, ad referendum do Conselho Deliberativo;

V - aplicar as penalidades previstas no presente Estatuto, nos regimentos, regulamentos e códigos;

VI - em conjunto com o Vice-Presidente Financeiro e, na falta deste, com o Vice-Presidente Administrativo ou, em última instância com qualquer dos outros Vice-Presidentes, assinar os documentos que envolvam compromissos financeiros;

VII - elaborar, em conjunto com os Vice-Presidentes, o Planejamento e o orçamento anual da ASSOCIAÇÃO, bem como acompanhar sua execução;

VIII - convocar e presidir reuniões do Conselho de Administração;

IX - aplicar as decisões do Conselho de Administração;

X - nomear e exonerar diretores setoriais;

XI - ceder ocasionalmente qualquer dependência da ASSOCIAÇÃO para uso que não colida com as finalidades sociais;

XII - convocar Assembleia Geral nos termos do artigo 11 § 4º;

XIII - orientar e supervisionar a administração de apólices de seguros.

Art. 21 - Aos Vice-Presidentes compete:

I - exercer as atribuições previstas neste Estatuto, em Regimento Interno e em outros normativos da ASSOCIAÇÃO;

II - dirigir e manter atualizados os serviços de sua área de atuação, com observância da legislação vigente e demais normativos pertinentes;

III - substituir o Presidente ou outro Vice-Presidente do Conselho de Administração, quando designado;

IV - assinar, em conjunto com o Presidente, contratos e convênios previamente aprovados pelo Conselho de Administração, que versarem sobre matéria de sua competência;

V - cuidar do planejamento, acompanhamento e execução do calendário de eventos de sua área de competência;

VI - orientar, estimular e promover o aprimoramento das atividades relacionadas com sua área de competência;

VII - elaborar, em conjunto com os demais Vice-Presidentes, o Planejamento e o orçamento anual da ASSOCIAÇÃO, bem como acompanhar sua execução;

VIII - avaliar sugestões e pedidos de associados;

IX - propor ao Conselho de Administração decisão sobre projetos de sua área de competência;

OAB RS 23199

continua na próxima página

X - avaliar e propor ao Conselho de Administração a assinatura de convênios, acordos e contratos de parceria;
XI - cuidar da formulação de estratégias e diretrizes da sua área;
XII - promover e conduzir contatos e negociações com parceiros potenciais da sua área;
XIII - assinar, quando for o caso, em conjunto com o Presidente, documentos pertinentes a sua Vice-Presidência;
XIV - nomear e exonerar, ad referendum do Presidente, os diretores de sua área de atuação.

Art. 22 - Caberá também aos Vice-Presidentes o exercício das atribuições que lhe forem definidas no Regimento Interno do Conselho de Administração, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Do Conselho Fiscal

Art. 23 - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos contábeis e financeiros do Conselho de Administração, bem como de seus procedimentos administrativos que produzam reflexos na área financeira.

Art. 24 - Ao Conselho Fiscal compete:
I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
II - verificar a exatidão, a completeza e a tempestividade dos registros contábeis e financeiros da ASSOCIAÇÃO;
III - emitir pareceres sobre balancetes mensais, balanços e relatórios financeiros, encaminhando-os ao Conselho Deliberativo, com cópia para o Conselho de Administração;
IV - solicitar reuniões do Conselho Deliberativo e do Conselho de Administração, quando julgar conveniente, bem como convocar Assembleia Geral na forma do artigo 11 § 3º;
V - determinar, quando necessário, a contratação de auditoria especializada para examinar os registros contábeis e financeiros da ASSOCIAÇÃO;
VI - elaborar e submeter ao Conselho Deliberativo proposta de seu Regimento Interno;
VII - solicitar informações ou dados complementares que considerar relevantes ao exercício de suas atribuições.

§ 1º - O parecer sobre o balanço anual será enviado ao Conselho Deliberativo até o dia 15 de abril de cada ano, para encaminhamento à Assembleia Geral;

§ 2º - É vedado a membro ou ao próprio Conselho Fiscal reter, por mais de 30 (trinta) dias corridos documentos, livros, balancetes e balanços da ASSOCIAÇÃO.

Art. 25 - O Conselho Fiscal é constituído por 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) suplentes, para mandato de 4 (quatro) anos, sendo:
I - 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes eleitos em Assembleia Geral; e
II - 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente indicados pelo Banco do Brasil.

§ 1º - Os membros indicados pelo Banco do Brasil não fazem parte da composição da chapa concorrente a eleição;

§ 2º - A posse dos membros do Conselho Fiscal dar-se-á no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao da eleição, ocasião em que será eleito seu Presidente e findará em 31 de dezembro do último ano do mandato;

§ 3º - No caso de ter sido alterada a data de início do mandato de um ou mais membros do Conselho Fiscal, a data de término do mandato será a mesma prevista no § 2° deste artigo;

§ 4º - Em caso de vacância do cargo ou de afastamento de Conselheiro por prazo superior a 90 (noventa) dias corridos, a vaga para complementação do mandato será suprida:

a) se conselheiro eleito, por suplente a ser convocado pela ordem de antiguidade no

OAB. RS 23/99

continua na próxima página

continuação na página anterior, Registro nº 104470

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 6 INTEGRANTE DO DOCUMENTO REGISTRADO NESTA SERVENTIA.

quadro social;

b) se conselheiro indicado pelo Banco, pelo suplente indicado ou por nova indicação.

§ 5º - Quando o Conselho se reduzir a três membros, a vaga para complementação do mandato será suprida:

a) no caso de conselheiro eleito, mediante convocação de Assembleia Geral Extraordinária para preencher as vagas existentes, vedada a concorrência dos ex-membros que motivaram a redução aludida; e

b) no caso de conselheiro indicado pelo Banco, pelo suplente indicado ou por nova indicação.

Art. 26 - As reuniões do Conselho Fiscal serão:

I - ordinárias, com periodicidade mensal;

II - extraordinárias, sempre que se fizer necessário, nos termos deste Estatuto.

§ 1º - As reuniões serão convocadas por escrito por seu Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

§ 2º - As reuniões serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros.

§ 3º - As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples; em caso de empate, será dada por aprovada a decisão que contar com o voto do Presidente.

§ 4º - As decisões do Conselho serão aplicadas por seu Presidente.

Art. 27 - Não poderão compor o Conselho Fiscal:

I - os membros do Conselho de Administração do mandato imediatamente anterior;

II - os parentes, até segundo grau, dos membros do Conselho de Administração do mandato vigente e do imediatamente anterior;

III - empregados e prestadores de serviços à ASSOCIAÇÃO no mandato vigente e do imediatamente anterior;

IV - associados que tenham, entre si, laços de parentesco até 2º (segundo grau).

Capítulo IV

DA ECONOMIA

Art. 28 - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO é constituído pelos valores e bens móveis e imóveis que possui ou que venha a possuir, legados, doações e outros valores adventícios.

§ 1º - A ASSOCIAÇÃO poderá:

I - administrar apólices de seguros;

II - criar e manter serviços de bar e restaurante, administrando-os por si ou por terceiros, neste caso sob sua inteira responsabilidade;

III - efetuar e manter convênios e consórcios;

IV - a ASSOCIAÇÃO poderá, ainda, firmar contratos de arrendamento ou de concessão para fins comerciais, desde que não conflitem com suas finalidades sociais, observando-se que:

a) os contratos firmados serão, preferencialmente, por tempo indeterminado;

b) os contratos por tempo determinado não poderão ultrapassar em 60 (sessenta) dias o mandato em vigor do Conselho de Administração, salvo se aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Art. 29 - A vida financeira da ASSOCIAÇÃO será orientada por orçamento elaborado e aprovado anualmente, devendo os elementos constitutivos de ordem econômica, financeira e orçamentária serem escriturados em documentos próprios ou, ainda, em sistemas de informática legalmente reconhecidos, mantidos em arquivos seus comprovantes.

OAB.RS 23799

continua na próxima página

§ 1º - O exercício financeiro da ASSOCIAÇÃO será encerrado no último dia útil do ano.

§ 2º - Obriga-se a ASSOCIAÇÃO a aplicar integralmente seus recursos e resultados financeiros na consecução de seus objetivos sociais.

Art. 30 - Constituirão receitas da ASSOCIAÇÃO:

I - mensalidades dos associados e taxas de adesão;
II - contribuições e doações;
III - rendas eventuais e taxas diversas;
IV - produto da alienação de bens;
V - resultados de participação em convênios, contratos e parcerias;
VI - resultados da exploração própria, ou de terceiros, em cantina, lanchonete, restaurante, bazar e similar porventura instalado nas dependências da ASSOCIAÇÃO;
VII - resultados das atividades sociais, culturais, artísticas, esportivas e recreativas;
VIII - receitas provenientes de publicidade, patrocínio e licenciamento de nome e marcas, respeitado o direito de propriedade do Banco do Brasil relativamente à sua marca;
IX - receitas financeiras em geral;
X - receitas que contribuam para o alcance das finalidades da ASSOCIAÇÃO, tais como, aluguéis, arrendamentos, locação de espaços, taxa de estacionamento e outras;
XI - rendas advindas da administração de apólices de seguros.

Art. 31 - Constituirão despesas da ASSOCIAÇÃO:

I - pagamento de salários, gratificações, indenizações, encargos sociais e tributos;
II - pagamento de taxas e gastos necessários para sua manutenção e administração;
III - aquisição de material de expediente, máquinas e equipamentos, bens móveis e imóveis e outros de seu interesse;
IV - gastos com a realização de reuniões, encontros, cursos e seminários de seu interesse;
V - gastos com conservação e manutenção de bens móveis e imóveis de sua propriedade;
VI - custos de promoções artísticas, culturais, sociais e esportivas de sua iniciativa;
VII - pagamento a pessoas físicas e jurídicas por serviços prestados à ASSOCIAÇÃO;
VIII - as decorrentes da celebração de convênios, consórcios e contratos;
IX - custos das mercadorias adquiridas para comercialização;
X - custos na administração de apólices de seguros;
XI - outras despesas necessárias ao cumprimento das finalidades da ASSOCIAÇÃO, a juízo do Conselho de Administração.

Art. 32 - A ASSOCIAÇÃO poderá ser beneficiária de auxílios financeiros concedidos pela FENABB, desde que atendidos os requisitos estabelecidos pela Federação.

Capítulo V

DAS ELEIÇÕES

Art. 33 - As eleições para os Conselhos Deliberativo, de Administração e Fiscal serão realizadas segundo este Estatuto e as normas do Regulamento das Eleições.

Art. 34 - Cada chapa concorrente às eleições registrará, obrigatoriamente, todos os nomes dos candidatos aos cargos de titulares e suplentes nos Conselho Deliberativo, de Administração e Fiscal.

§ 1º - Para o cargo de Presidente do Conselho de Administração não haverá o registro de suplente.

§ 2º - São inelegíveis o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o 2º (segundo) grau ou por adoção ou afinidade do presidente da Associação.

§ 3º - Será recusada a inscrição de chapa que não satisfizer integralmente ao contido neste

OAB RS 23799

continua na próxima página

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 7 INTEGRANTE DO DOCUMENTO REGISTRADO NESTA SERVENTIA.

artigo.

Art. 35 - A votação será feita em separado, mediante escolha de uma das chapas concorrentes, da seguinte forma:

I - para o Conselho Deliberativo e de Administração; e
II - para o Conselho Fiscal.

Art. 36 - Os processos eleitorais assegurarão:

I - colégio eleitoral constituído de todos os associados em pleno gozo de seus direitos;
II - defesa prévia, em caso de impugnação, do direito de participar da eleição;
III - eleição convocada mediante edital publicado no sítio da ASSOCIAÇÃO e afixado em local de fácil acesso, com ampla divulgação entre os associados;
IV - sistema de recolhimento dos votos imune a fraude;
V - acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação da ASSOCIAÇÃO.

Parágrafo único - As eleições serão realizadas em um único turno, sendo declarada vencedora a chapa que obtiver o maior número de votos válidos, conforme determinado no Regulamento de Eleições.

Dos requisitos

Art. 37 - Constituem requisitos obrigatórios para o exercício dos cargos de Presidente dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e de Administração, bem como de Vice-Presidente Administrativo e Vice-Presidente Financeiro do Conselho de Administração e pelo menos 2 (dois) suplentes de Vice-Presidente.

I - ser associado na categoria EFETIVO há mais de 6 (seis) meses, estar em dia com os pagamentos das contribuições devidas e não estar cumprindo penalidades previstas no Capítulo VI;
  a) se funcionário da ativa, não poderá estar afastado disciplinarmente pelo empregador ou cumprindo penalidade resultante de ação disciplinar;
  b) se aposentado ou pensionista, possuir vínculo com fundos de pensão patrocinados pelo Banco do Brasil e não ter sofrido sanções disciplinares em decorrência de ação disciplinar movida pelo Banco do Brasil;
  c) se aposentado ou pensionista que tenha vínculo com fundos de pensão patrocinados pelo Banco do Brasil, não ter cometido as infrações constantes do artigo 54, inciso II, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" deste Estatuto, tanto no exercício de suas funções no Banco do Brasil quanto nos clubes;
II - não estar cumprindo punição resultante de processo judicial;
III - estar adimplente na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;
IV - estar em dia na prestação de contas da própria entidade;
V - não estar afastado de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;
VI - não estar sendo processado por insolvência civil ou ser sócio cotista em empresa em regime de recuperação judicial ou falência.

Parágrafo único - Será obrigatório o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes, eleitos ou nomeados, caso incorram em qualquer das hipóteses do inciso V e VI, assegurado o processo regular e a ampla defesa para a destituição.

OAB.RS 23199

continua na próxima página

Art. 38 - Constituem requisitos para o exercício dos demais cargos dos Conselhos Deliberativo, de Administração e Fiscal, ser associado há mais de 06 (seis) meses na categoria EFETIVO e há mais de 24 (vinte e quatro) meses nas demais categorias, bem como estar em dia com suas obrigações, respeitado, no que couber, o contido no artigo 37 deste Estatuto.

Capitulo VI

DAS PENALIDADES

Art. 39 - O associado e seus dependentes tornam-se passíveis das seguintes penalidades, quando infringirem disposições deste Estatuto, regimentos, regulamentos e resoluções da ASSOCIAÇÃO, sem que seja necessariamente obedecida a ordem abaixo:

I - Advertência verbal;
II - Advertência por escrito;
III - Suspensão;
IV - Exclusão;
V - Eliminação.

§ 1º - As comunicações aos associados serão sempre sigilosas e pessoais, assegurado o direito da ampla defesa e do contraditório.

§ 2º - As penalidades previstas nos incisos II, III, IV e V serão aplicadas após o regular processo administrativo, de acordo com o contido no Regimento Interno da ASSOCIAÇÃO.

§ 3º - O Conselho de Administração poderá, preventivamente, afastar o associado do exercício de seus direitos, não podendo a medida preventiva exceder a 30 (trinta) dias.

Art. 40 - Em caráter meramente disciplinar ou preventivo, poderá qualquer membro do Conselho de Administração, no exercício de suas funções, fazer advertência verbal ao associado, de forma privada e sem causar constrangimento frente a terceiros.

Art. 41 - Caberá advertência por escrito sempre que à infração não for aplicável outra penalidade.

Art. 42 - É passível de pena de suspensão, o associado e seus dependentes que:

I - reincidir em infração já punida com advertência por escrito;
II - praticar ato de indisciplina considerado grave;
III - infringir disposições estatutárias;
IV - ceder sua identificação social ou de exame médico a terceiros, a fim de lhes facilitar o ingresso nas dependências da ASSOCIAÇÃO;
V - desrespeitar, por palavras ou gestos, membros dos poderes diretivos, funcionários ou outros;
VI - manifestar-se em termos ofensivos contra a ASSOCIAÇÃO.

Parágrafo Único - A pena de suspensão priva o associado de seus direitos, subsistindo as obrigações. Esta pena não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 43 - Será aplicada a pena de exclusão ao associado que deixar de pagar as mensalidades por período superior a 6 (seis) meses.

§ 1º - A pena de exclusão será aplicada após a devida notificação para saldar o valor do seu débito.

§ 2º - A readmissão de associado excluído por não pagamento de mensalidade ficará a critério do Conselho de Administração.

OABRS 23199

continua na próxima página

continuação na página anterior, Registro nº 104470

1º SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 8 INTEGRANTE DO DOCUMENTO REGISTRADO NESTA SERVENTIA.

Art. 44 - É passível de eliminação o associado que:

I - reincidir em infrações referidas no artigo 42 deste Estatuto, que por sua natureza e reiteração, o torne inidôneo para permanecer na ASSOCIAÇÃO;
II - for condenado criminalmente com sentença transitada em julgado;
III - não indenizar a ASSOCIAÇÃO por danos causados por si ou por seus dependentes e convidados;
IV - praticar atos de indisciplina considerados muito graves.

Parágrafo único - O associado passível da pena de eliminação será notificado dos motivos que o sujeitam à penalidade, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Capitulo VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 - Os associados de outras Associações Atléticas Banco do Brasil e do Satélite Esporte Clube terão, quando em visita e devidamente identificados, acesso às instalações da ASSOCIAÇÃO, obedecidos os critérios estabelecidos no Regimento Interno.

Art. 46 - A ASSOCIAÇÃO obrigatoriamente manterá conta corrente e centralizará sua movimentação financeira em agência do Banco do Brasil de sua livre escolha, desde que de sua praça.

Art. 47 - A ASSOCIAÇÃO manterá neutralidade em questões político-partidárias e religiosas.

Art. 48 - A ASSOCIAÇÃO pautar-se-á pelos princípios de Responsabilidade Socioambiental, para:

I - repelir preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie;
II - ter transparência, ética e respeito ao meio ambiente como balizadores das suas práticas administrativas, sociais, esportivas, culturais e negociais;
III - fundamentar o relacionamento com os associados e empregados na ética e no respeito;
IV - estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável.

Art. 49 - Em complemento ao presente Estatuto, a ASSOCIAÇÃO manterá documentos específicos, aprovados pelo Conselho Deliberativo, assim definidos:

I - Regimentos Internos;
II - Regulamento de Eleições;
III - Código de Ética.

Parágrafo único - O Conselho de Administração elaborará outros regulamentos específicos que julgar necessários para o bom andamento de suas atribuições.

Art. 50 - Os associados não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Art. 51 - A ASSOCIAÇÃO só poderá ser extinta, quando não puder mais cumprir seus objetivos, dependendo sua dissolução de decisão da Assembleia Geral e manifestação prévia da FENABB e do Banco do Brasil.

Parágrafo único - No caso de dissolução da ASSOCIAÇÃO, o remanescente de seu patrimônio líquido será revertido totalmente em favor da Federação Nacional de Associações Atléticas Banco do Brasil – FENABB, para constituição e/ou manutenção de fundo específico destinado ao programa de auxílio financeiro às afiliadas da Federação.

OAB DS 23/99

continua na próxima página

Art. 52 - A alienação de bens imóveis da ASSOCIAÇÃO e a constituição de ônus ou direitos reais sobre estes, desde que aprovada pelo Conselho Deliberativo e pela Assembleia Geral, será permitida após manifestação da FENABB e do Banco do Brasil.

Art. 53 - A aquisição de imóvel observará as seguintes condições:

I - para funcionamento de nova sede, com recurso proveniente de alienação total do patrimônio, fica condicionada à aprovação em Assembleia Geral e prévia manifestação do Banco do Brasil e FENABB.

II - para outras finalidades fica condicionada à aprovação do Conselho Deliberativo e Assembleia Geral.

Art. 54 - Considerando que a ASSOCIAÇÃO tem em sua denominação o nome "Banco do Brasil", faculta-se ao Banco do Brasil ou à FENABB:

I - promover ou solicitar auditoria, sempre que demandado pelos órgãos da ASSOCIAÇÃO ou quando julgar necessário, nos negócios e nas atividades do clube e verificar o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulamentares;

II - requerer dos órgãos competentes da ASSOCIAÇÃO ação eficaz, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, após comunicação escrita, nos casos comprovados de:

a) infrações legais, estatutárias ou violações decorrentes de dolo ou má fé;

b) malversação de bens ou de recursos;

c) risco de dilapidação do patrimônio;

d) dano às imagens da ASSOCIAÇÃO, do CESABB, da FENABB ou do Banco, por parte de qualquer integrante dos órgãos da ASSOCIAÇÃO;

e) culpa, dolo ou fraude que incompatibilizem os envolvidos para o exercício das funções.

§ 1º - Se as providências não forem adotadas, no prazo definido, o Banco do Brasil ou a FENABB poderá afastar os dirigentes e/ou conselheiros envolvidos, para fins de realização de ação disciplinar com direito a ampla defesa e ao contraditório, cabendo à Assembleia Geral, se for o caso, a cassação dos seus mandatos.

§ 2º - Nos casos de afastamento dos membros do Conselho de Administração, fundados nos motivos constantes do caput, o Banco ou a FENABB poderá intervir na administração da ASSOCIAÇÃO e nomear dois interventores para administrá-la até a eleição de novo Conselho de Administração.

§ 3º - Para os dirigentes afastados a ASSOCIAÇÃO ou a FENABB procederá à apuração dos fatos, encaminhando relatório com a conclusão do processo ao Conselho Deliberativo da AABB para as providências cabíveis e ao Banco do Brasil no caso de funcionário da ativa.

Art. 55 - A ASSOCIAÇÃO filiar-se-á à FENABB podendo, também, vincular-se a entidades oficiais de direção dos desportos, bem como a outros órgãos de cúpula, desde que representativos das atividades compreendidas nos objetivos sociais.

Art. 56 - Nos termos do Código Civil vigente, a ASSOCIAÇÃO não se responsabiliza por perdas, danos e prejuízos oriundos de culpa, dolo e negligência de associados, dependentes e terceiros em suas instalações, ainda que ocorridos no estacionamento do clube, bem como de objetos depositados em armários, mesmo que locados para esse fim.

Art. 57 - Os símbolos e as cores da ASSOCIAÇÃO serão propostos pelo Conselho de Administração, com aprovação do Conselho Deliberativo.

OABRSBIRR

continua na próxima página

continuação na página anterior, Registro nº 104470

1° SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PORTO ALEGRE
FOLHA Nº 9 INTEGRANTE DO DOCUMENTO REGISTRADO NESTA SERVENTIA.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 58 - Ficam mantidos em seus cargos os atuais membros dos Conselhos Deliberativo, de Administração e Fiscal e seus mandatos ficam prorrogados até 31 de dezembro do ano de encerramento do mandato vigente.

Art. 59 - Os associados pertencentes a categoria Especial existentes até esta data serão automaticamente reclassificados para categoria COMUNITÁRIO e os associados pertencentes à categoria Correspondente existentes até esta data serão automaticamente reclassificados para a categoria Comunitário, obedecendo a modalidade respectiva de sua categoria de origem associativa.

Art. 60 - As pessoas vinculadas a Convênios Associativos existentes na data de aprovação deste Estatuto passam a ser considerados associados na categoria COMUNITÁRIO.

§ 1º - O Regimento Interno da ASSOCIAÇÃO definirá as formas e condições específicas de ingresso de associados da categoria COMUNITÁRIOS no Quadro Social através de Convênios Associativos.

§ 2º - Permanecem válidas e inalteradas as condições e valores pagos pelos associados oriundos dos Convênios Associativos.

Art. 61 - Este Estatuto foi aprovado na Assembleia Geral de 17/07/2018, com a revogação das disposições em contrário e entra em vigor na data de sua aprovação.

Porto Alegre (RS), 17 de julho de 2018.

RENATO INNIG ZIMMERMANN
Presidente

Bruno Scheidemandel Neto
OAB/RS Nº 23.199
OAB.RS 23.199

Porto Alegre, 10 de agosto de 2018.

Vera Lúcia Becker Bet
Registradora-Substituta

Bel. VERA LÚCIA BECKER BET
REGISTRADORA-SUBSTITUTA

Total: R$ 711,30 + R$ 51,40 = R$ 762,70
Certidão PJ (17 pgs): R$ 428,40 (0449.04.1700003.14329 a 14331 = R$ 9,90)
Certidão PJ (2 pgs): R$ 100,80 (0449.03.1400001.38238 a 38243 = R$ 16,20)
Exame documentos: R$ 39,00 (0449.04.1700003.14327 = R$ 3,30)
Averbação PJ s/ fins econômicos: R$ 58,00 (0449.04.1700003.14326 = R$ 3,30)
Microfilmagem/Digitalização: R$ 34,50 (0449.04.1700003.14328 = R$ 3,30)
Processamento eletrônico: R$ 46,00 (0449.01.1700004.07693, 7695 a 7703 = R$ 14,00)
Conf. Documento Público: R$ 4,60 (0449.01.1700004.07694 = R$ 1,40)

1º RTDPJ de Porto Alegre
100 anos
1917 - 2017